

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 125, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPASP

Às dez horas do dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na sede do IPASP, reuniu-se o Comitê de Investimentos, com a presença do Senhor Antônio Carlos Schiavon, Presidente do Instituto, da Senhora Márcia Adriana Rodrigues, assessora de gabinete, do Senhor Leonardo Rombola de Souza Martins, Gestor dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, do Senhor Marcel Gustavo Zotelli, Conselheiro do Instituto e do Senhor Douglas Sarti Toledo, Conselheiro do Instituto. A presente reunião teve a seguinte pauta: **discussão sobre o cenário econômico; resultados do mês anterior; alocações de recursos; acompanhamento dos investimentos recentes.**

A reunião iniciou-se com a apresentação do relatório mensal. Em seguida, foi apresentada a discussão sobre o panorama do mês anterior. Em **novembro**, o cenário global foi marcado pela consolidação das expectativas de cortes de juros nas principais economias, com indicadores de inflação mais benignos nos EUA e recuo dos juros longos, favorecendo os ativos de risco, apesar da volatilidade no setor de tecnologia. O S&P 500 encerrou praticamente estável (+0,13%), enquanto os mercados globais tiveram desempenho misto, com o MSCI World recuando 0,76% e o Global BDRX caindo 2,41%. No Brasil, o ambiente externo mais favorável sustentou os ativos locais, mesmo com o fiscal como principal foco de atenção. O Ibovespa avançou 6,37%, e o IPCA registrou alta de 0,18%, abaixo do esperado. Na renda fixa, o CDI subiu 1,05%, o IRF-M avançou 1,67% e o IMA-B teve alta de 2,04%. Nesse contexto, o Instituto encerrou novembro com rentabilidade de 1,19%, superando a meta mensal. Após explanações, determinou-se que as **Contribuições Previdenciárias** do fundo de **repassse** permanecerão nos ativos atrelados ao CDI. As Contribuições Previdenciárias do fundo de **reserva** serão aplicadas da seguinte forma: R\$ 1.000.000,00 no fundo CAIXA IMA-B e o restante será alocado nos fundos SICREDI IRF-M1 e BRADESCO DI PREMIUM. Referentes às alocações e realocações **decididas anteriormente**: no dia 28/10, as contribuições previdenciárias dos fundos de repasse e reserva foram alocadas nos fundos SANTANDER DI TP. Em 25/11, foi cotado compra de títulos públicos diretos marcados na curva, com respectivos valores, taxas e corretoras: R\$ 6.832.041,59 a 7,32%+IPCA 2035 (BGC), R\$ 6.564.251,60 a 7,16%+IPCA 2040 (BGC), R\$ 6.586.437,05 a 7,10%+IPCA 2045 (BGC), R\$ 6.434.422,42 a 7,01%+IPCA 2050 (BGC), R\$ 6.499.905,66 a 7,02%+IPCA 2055 (BGC) e R\$ 6.341.286,09 a 7,00%+IPCA 2060 (SAFRA). Em 09/12 foi cotado o restante do valor combinado, sendo: R\$ 6.836.837,74 a 7,42%+IPCA 2035 (BGC), R\$ 6.567.562,03 a 7,16%+IPCA 2040 (BGC), R\$ 6.590.626,58 a 7,14%+IPCA 2045 (BGC), R\$ 6.435.190,96 a 7,12%+IPCA 2050 (BGC), R\$ 6.503.114,50 a 7,12%+IPCA 2055 (BGC) e R\$ 6.343.585,13 a 7,10%+IPCA 2060 (BGC) - totalizou-se o valor total de R\$ 78.535.261,35 referente à compra. Os resgates para compra deram-se de forma diversificada entre os bancos e de forma proporcional ao investido, decorreram dos fundos: CAIXA TP, BB TESOURO SELIC, SICREDI LIQU EMPRES, BB JUROS E MOEDAS, SANTANDER INSTIT PREMIUM, SANTANDER DI TP e SANTANDER IMA-B5. Referente às **alocações e realocações futuras**: após análise das condições de mercado, do desempenho dos ativos e da aderência da carteira às diretrizes da Política de Investimentos vigente, o Comitê concluiu que, exceto pelas decisões registradas em atas anteriores, que continuam válidas, não há necessidade de realocações no presente momento. Constatou-se que a carteira permanece enquadrada nas normas legais e regulamentares, adequada ao perfil de risco estabelecido e compatível com o cumprimento da meta atuarial e das obrigações previdenciárias. Embora existam oportunidades em ativos de maior risco, o cenário ainda pode apresentar volatilidade. Da mesma forma, fundos cuja correlação esteja excessivamente elevada serão reanalisados quanto à sua pertinência na composição do portfólio para o ano seguinte. Nos *próximos meses*, o cenário externo aponta para um ambiente mais favorável em 2026, com o Federal Reserve (Fed) continuando o ciclo de afrouxamento. A taxa implícita na curva para o final de 2026 é de 3,00%, sustentando o apetite por risco e beneficiando mercados emergentes. A Inteligência Artificial segue como vetor estrutural de crescimento, apesar de maior volatilidade e dispersão de retornos. No Brasil, a Selic deve permanecer em 15% no curto prazo, com início dos cortes no 1º trimestre de 2026, condicionado à desinflação. O IPCA de 2026 é projetado em torno de 4,0%–4,5%, enquanto o risco fiscal segue como principal fonte de incerteza, podendo limitar o fechamento da curva de juros. Nesse contexto, o Ibovespa mantém viés construtivo pelo valuation atrativo, a renda fixa (prefixados e IPCA+) segue oferecendo prêmios relevantes, e a diversificação internacional permanece essencial para mitigação de riscos domésticos. Por fim, houve convocação de *assembleias de fundos*: do fundo GERAÇÃO DE ENERGIA FIP, a pauta tratou da aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, tendo a *consultoria* emitido parecer favorável à aprovação, após análise do relatório de auditoria independente e das informações contábeis apresentadas; e do fundo HAZ (HAZ FIL), foi realizada assembleia com o objetivo de deliberar sobre a proposta de liquidação e encerramento do fundo, nos termos do Plano de Liquidação apresentado pela administração. O plano prevê a alienação gradual dos ativos imobiliários até o limite de 31 de dezembro de 2029, com foco na preservação de valor, redução progressiva das despesas operacionais e realização de amortizações extraordinárias aos cotistas à medida que houver entrada de recursos, mantendo apenas reservas mínimas para despesas e contingências. A proposta também contemplou a alteração do regulamento do fundo, de modo a refletir formalmente as deliberações aprovadas. Após análise do histórico operacional, da composição da carteira e da

estrutura de custos, a *consultoria* manifestou-se favoravelmente à aprovação do plano de liquidação e do encerramento ordenado do fundo. Os votos de ambas as assembleias foram compartilhados com os membros e seguem em anexo. No que se refere aos *fundos estressados*, houve realização de assembleia e deliberações conforme já mencionado anteriormente, no mais: o fundo ROMA INSTITU AÇ solicitou assinatura de Termo de Ciência e Assunção de Responsabilidade Ilimitada, tendo a consultoria se manifestado contrariamente à assinatura do referido termo, em razão das vedações normativas aplicáveis aos RPPS, e, após análise, decidiu-se pela não assinatura da solicitação; ademais, não houve atualizações em relação ao fundo TREND BANK. Para mais, não houve *credenciamento* de instituições. Foram pedidas as *análises de fundos* à consultoria de investimento e examinou-se os fundos: VINCI OPORTUNIDADES LOGÍSTICAS RESP LIMITADA FII - VIOL11 (CNPJ: 57.909.000/0001-26), com parecer positivo para investimentos e VINCI STRATEGIC PARTNERS II FIP MULTISTRATÉGIA (CNPJ: 56.848.636/0001-42), com parecer negativo para investimentos. Foram discutidos os *encontros e as sugestões de investimento* apresentados pelas seguintes instituições: KINEA, ITAÚ ASSET, BRAM ASSET e BB ASSET. Foi discutida a recente publicação da nova Resolução CMN nº 5.272, divulgada ontem, que promove alterações relevantes nos limites e segmentos de aplicação dos recursos dos RPPS. Os membros tomaram ciência das mudanças regulatórias e debateram seus possíveis impactos sobre a Política de Investimentos vigente, especialmente no que se refere aos limites por segmento e níveis de aderência. Ficou consignado que a consultoria de investimentos auxiliará o Instituto na análise técnica da norma e na avaliação da necessidade de eventual retificação dos limites da Política de Investimentos, a ser oportunamente submetida à apreciação dos colegiados, com previsão de deliberação nos meses de janeiro ou fevereiro de 2026. Por último, os membros aprovaram os *resgates para pagamento de benefícios e as aplicações* realizadas referentes ao mês de novembro de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, para a qual eu, Leonardo Rombola de Souza Martins, lavrei por mim e pelos membros.

Antônio Carlos Schiavon
Presidente do IPASP

Márcia Adriana Rodrigues
Assessora de Gabinete

Leonardo Rombola de Souza Martins
Gestor de Recursos Financeiros

Douglas Sarti Toledo
Conselheiro do IPASP

Marcel Gustavo Zotelli
Conselheiro do IPASP